Instituto Socioambiental

Opi
Observatório dos Povos Indígenas Isolados

BOLETIM ANUAL 2024

SIRAD-I:

SISTEMA DE ALERTA DE DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS COM REGISTROS DE POVOS ISOLADOS

SIRAD-I:

SISTEMA DE ALERTA DE DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS COM REGISTROS DE POVOS ISOLADOS

Boletim Anual 2024

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, São Paulo, junho de 2025 | 1ª EDIÇÃO

SIRAD-I: Sistema de Alerta de Desmatamento em Terras Indígenas com Registros de Povos Isolados, Boletim Anual 2024
Instituto Socioambiental, São Paulo, 2025

EQUIPE RESPONSÁVEL

Organização: Tiago Moreira dos Santos

Sensoriamento Remoto: Renan Galvão de Souza

Revisão: William Pereira Lima

Redação e pesquisa: Renan Galvão de Souza, Tiago Moreira dos Santos, Amanda Villa, Elias Bigio, Mario Brunoro

Revisão: Luiza de Souza Barros e Moreno Saraiva Martins

Mapas: Renan Galvão de Souza

Gráficos: Isabela Maeda Otsuki

Comunicação: Mariana Soares

Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental

Coordenação: Moreno Saraiva Martins

Equipe: Fany Ricardo, Geovana Santos Lima, Isabela Maeda Otsuki, Luiza de Souza Barros, Luma Ribeiro Prado, Mariana Carneiro Soares, Tatiane Maíra Klein, Tiago Moreira, Yasmim Chan de Lima

OPI - Observatório dos Povos Indígenas Isolados

Presidente: Miguel Aparício

Vice-Presidente: Douglas Rodrigues

Coordenador Executivo: Fábio Ribeiro

Assessoria Jurídica: Carolina Santana, Patrícia Borba, Kari Guajajara

Assessoria de Comunicação: Helena Palmquist e Luisa Suriani

Assessoria técnica: Amanda Villa, Elias Bigio, Lucas Manchineri, Luisa Suriani, Manoel Chorimpa, Mario Brunoro e Victor Alcantara.

Assessoria de monitoramento: Ana Rorato, Luísa Girardi e Lilian Parra

Gestão de Projetos e Financeira: Letícia Amorim e Marina Faveri

REALIZAÇÃO

Instituto Socioambiental

Observatório dos Povos Indígenas Isolados

APOIO

União Europeia

Catholic Agency for Overseas Development

GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 6

1.1 Como o monitoramento é feito? 10

2. DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS COM REGISTRO DE POVOS ISOLADOS TEM QUEDA EM 2024 11

Persistência do desmatamento 12

Avanço das queimadas e degradação ambiental 16

3. TERRAS EM DESTAQUE: 19

3.1 MINERAÇÃO ILEGAL PERSISTE NA TERRA INDÍGENA ZORÓ 19

3.2 TERRA INDÍGENA MUNDURUCU: PERMANÊNCIA DO GARIMPO 22

3.3 EM SEGUNDO ANO DE NOVA RESTRIÇÃO DE USO, DESMATAMENTO CAI 89,39% NA TERRA INDÍGENA PIRIPKURA 27

3.4 DESMATAMENTO VOLTA A CRESCER NA TERRA INDÍGENA JACAREÚBA-KATAWIXI 31

3.5 DESMATAMENTO DIMINUI, MAS TERRA INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU PERMANECE AMEAÇADA 33

3.6 DESMATAMENTO ATINGE NOVO PICO NA TERRA INDÍGENA ARARA DO RIO BRANCO 37

3.7 DESMATAMENTO NA BACIA DO XINGU 38

1. APRESENTAÇÃO

Uma iniciativa do Instituto Socioambiental (ISA), o Sirad-I é um sistema que monitora o desmatamento em Terras Indígenas com registros de povos indígenas isolados. Por meio de radar e de imagens ópticas de alta resolução, identificamos as principais ameaças que colocam em risco a vida dos povos indígenas isolados no Brasil.

Para uma qualificação mais completa das pressões nos territórios monitorados, além da utilização de dados de satélite, são utilizados outras fontes de dados, como informações sobre queimadas, requerimentos minerários, cadastros fundiários, como o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), dados de desmatamento dos sistemas Prodes e Deter do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O monitoramento teve início em 2020, contemplando 15 Terras Indígenas e um Parque Estadual. Em 2021, o Sirad-I foi expandido para outras 8 áreas, somando 23 territórios. Em 2024, o monitoramento incorporou 10 novas áreas, incluindo sete áreas com registros de isolados na Bacia do rio Xingu monitoradas pelo Sistema Remoto de Alerta de Desmatamento (Sirad X)[1]. Entre as novas áreas incorporadas está um registro de povos indígenas isolados em estudo fora de Terras Indígenas, contígua à TI Nhamundá/Mapuera: Baixo Jatapu, no Pará.

Com isso, o boletim passa a abranger um total de 33 Áreas Protegidas, com 51 registros de povos isolados, e 36 milhões de hectares monitorados[2].

[1] O Sirad X é uma iniciativa de monitoramento do ISA para as Áreas Protegidas da Bacia do Xingu realizado em parceria com a Rede Xingu+. Os boletins do sistema Sirad X podem ser consultados em: <https://xingumais.org.br/siradx>

[2] CF Tabela 1

Mapa 1 - Áreas monitoradas pelo Sirad-I

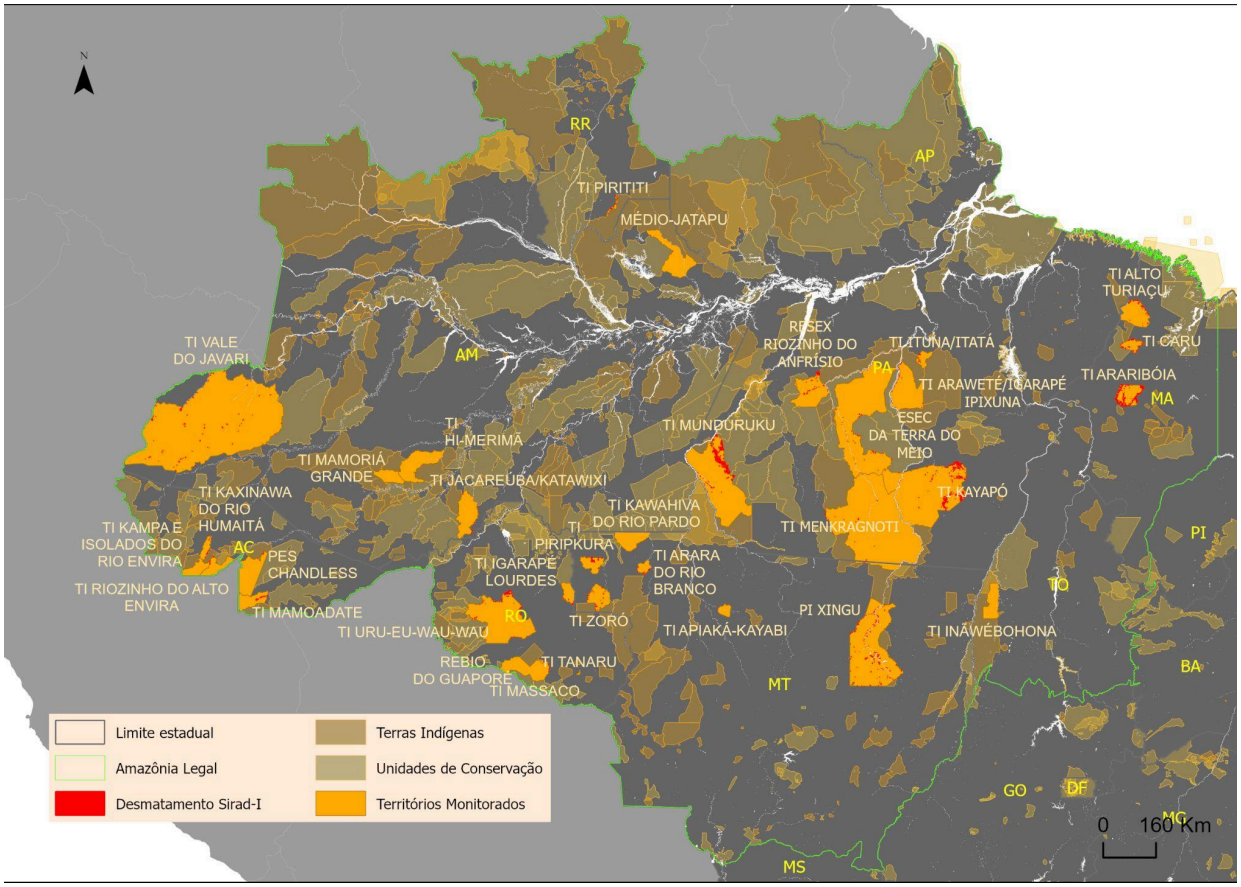


Tabela 1 - Status Jurídico-Administrativo das Áreas Monitoradas

Nome da Área	Status	Área Oficial (ha)
ESEC Terra do Meio	UC Proteção Integral	3.373.111
PES Chandless	UC Proteção Integral	695.303
REBIO do Guaporé	UC Proteção Integral	600.000
RESEX Riozinho do Anfrísio	UC Uso Sustentável	736.340
Baixo Jatapu	Área sem proteção	-
TI Mamoriá Grande	Restrição de Uso	259.783

PI Xingu	Homologada	2.642.004
TI Alto Turiaçu	Homologada	530.525
TI Apiaká-Kayabi	Homologada	109.245
TI Arara do Rio Branco	Homologada	114.842
TI Araribóia	Homologada	413.288
TI Araweté/Igarapé Ipixuna	Homologada	940.901
TI Caru	Homologada	172.667
TI Hi-Merimã	Homologada	677.840
TI Igarapé Lourdes	Homologada	185.534
TI Inãwébohona	Homologada	377.114
TI Ituna-Itatá	Restrição de Uso	142.402
TI Jacareúba/Katawixi	Restrição de Uso	647.386
TI Kampa e Isolados do Rio Envira	Homologada	232.795
TI Kawahiva do rio Pardo	Declarada	411.848
TI Kaxinawa do rio Humaitá	Homologada	127.383
TI Kayapó	Homologada	3.284.005
TI Mamoadate	Homologada	313.647
TI Massaco	Homologada	421.895
TI Menkragnoti	Homologada	4.914.255
TI Mundurucu	Homologada	2.381.800
TI Piripkura (Restrição de Uso)	Restrição de Uso	242.500
TI Pirititi (Restrição de Uso)	Restrição de Uso	43.404

TI Riozinho do Alto Envira	Homologada	260.972
TI Tanaru (Restrição de Uso)	Restrição de Uso	8.070
TI Uru-Eu-Wau-Wau	Homologada	1.867.120
TI Vale do Javari	Homologada	8.544.480
TI Zoró	Homologada	355.789

1.1 Como o monitoramento é feito?

Para detectar alterações na cobertura florestal, são utilizadas tanto imagens de radar (SAR) do satélite Sentinel-1, como imagens ópticas do Sentinel-2 processadas por meio da plataforma Google Earth Engine (GEE). Para a qualificação das pressões nos territórios monitorados, ainda são utilizadas imagens ópticas dos satélites Planet. Outras fontes de dados também são empregadas, como: áreas de ocupação (aldeias e comunidades), requerimentos minerários, cadastros fundiários, como o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e dados de desmatamento dos sistemas Prodes e Deter do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Para informações sobre queimadas são utilizadas informações do Monitor do Fogo, do projeto MapBiomas[3], e dos satélites de referência do BDQueimadas[4], do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

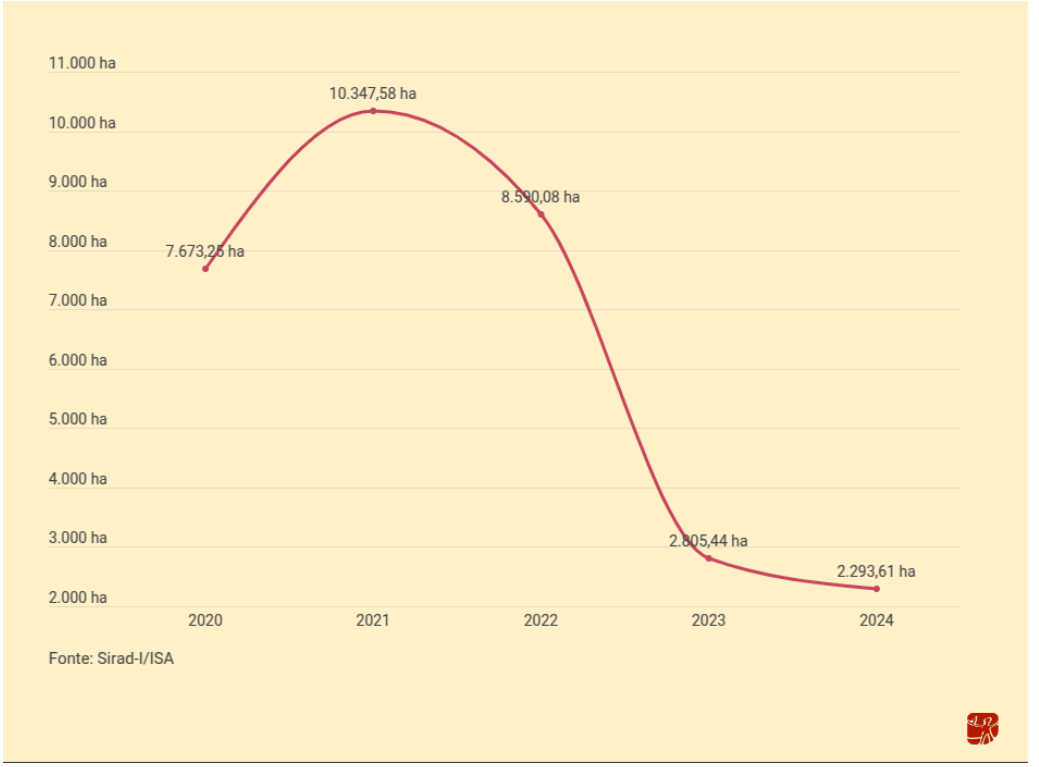
Em 2024, o Sirad-I passou a mapear apenas áreas maiores que 0,2 hectares. Além disso, para as 26 áreas monitoradas diretamente pela iniciativa, introduzimos uma classificação do desmatamento com base no uso do solo, com as classes: *Antrópico*, referente a desmatamentos causados por invasores, e *Uso Tradicional*, relacionado à alteração da vegetação para atividades indígenas, como roças[5]. O mapeamento também identifica se a área antrópica é originada de mineração ilegal.

[3] Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/monitor-do-fogo>
[4] Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>
[5] Exclui as áreas monitoradas no âmbito do Sirad X.

2. DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS COM REGISTRO DE POVOS ISOLADOS TEM QUEDA EM 2024

O ano de 2024 registrou um total de 2.294,78 hectares de desmatamento acumulado nas áreas monitoradas. O resultado para o ano representa uma queda de 18,2% em relação a 2023, sendo, a cifra de 2024 a menor desde que o monitoramento teve início, em abril de 2020. Em 2021, no ápice do desmonte ambiental promovido pelo governo Bolsonaro, os territórios monitorados pelo boletim tiveram sua pior marca, com um total de 10.345,24 hectares desmatados, uma área 4,5 vezes maior do que a perda florestal de 2024. Em cinco áreas não houve desmatamento registrado ao longo de 2024, entre elas a Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, no norte do Mato Grosso, e o território dos Massaco, que se divide entre a TI Massaco e a Rebio do Guaporé, em Rondônia.

Gráfico 1 - Desmatamento (ha) por ano nas áreas monitoradas (2020-2024)



Durante 2024 a presença da Força Nacional de Segurança Pública foi renovada nas Terras Indígenas Pirititi, Ituna/Itatá, Uru-Eu-Wau-Wau, Alto Rio Guamá e Alto Turiaçu. Outras ações importantes de proteção foram tomadas no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 991[6], entre elas, a publicação de uma portaria de restrição de uso[7] pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para a proteção de povos isolados no sul do Amazonas na área chamada Mamoriá Grande. Localizada entre os municípios de Tapauá e Lábrea (AM), a área de aproximadamente 260 mil hectares possui confirmação da presença de indígenas isolados desde agosto de 2021[8].

Persistência do desmatamento

Apesar da continuidade na queda do desmatamento, sete Terras Indígenas com registros de isolados tiveram alta do desmatamento em 2024. Entre elas estão as TIs Mundurucu e Zoró, que tiveram aumento na perda de vegetação nativa relacionada à mineração ilegal. Aqui se destaca também a Terra Indígena Kayapó, que teve uma redução tímida na perda florestal, permanecendo como a área com maior perda bruta de florestas entre todas as monitoradas. Em 2024, essa TI acumulou 40% de toda a supressão vegetal registrada nas 33 áreas que fazem parte do monitoramento.

Além do desmatamento causado pelos garimpos ilegais, dados levantados pelo Sirad-X mostram um grande crescimento da exploração ilegal de madeira, afetando diversas Áreas Protegidas na bacia do Xingu, entre elas, o Parque Indígena do Xingu e a Resex Riozinho do Anfrísio[9].

---

[6] Movida pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, a Ação busca provimento judicial no que se refere às omissões à proteção e garantia dos direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato.

[7] Mecanismo legal que impõe limites temporários a atividades externas na área, garantindo uma proteção parcial enquanto a demarcação definitiva não é concluída

[8] Outro ponto importante foi a declaração pelo ministro da justiça da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. A área declarada como de posse permanente dos povos Apiaká, Munduruku e grupos isolados pelo MJSP possui 982,3 mil hectares e está localizada em Apiacás, no Mato Grosso. A TI teve seu processo de demarcação iniciado em 2008, quando o primeiro Grupo Técnico para estudos de identificação e delimitação foi constituído. Embora seja uma área demarcada com presença de isolados em estudo, a TI Apiaká do Pontal e Isolados não faz parte do escopo do monitoramento do Sirad-I.

[9] Exploração ilegal de madeira dispara e ameaça florestas e comunidades na Bacia do Xingu. https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/exploracao-ilegal-de-madeira-dispara-e-ameaca-florestas-e-comunidades-na

Tabela 2 - Variação anual do desmatamento nas áreas monitoradas (2023 e 2024)

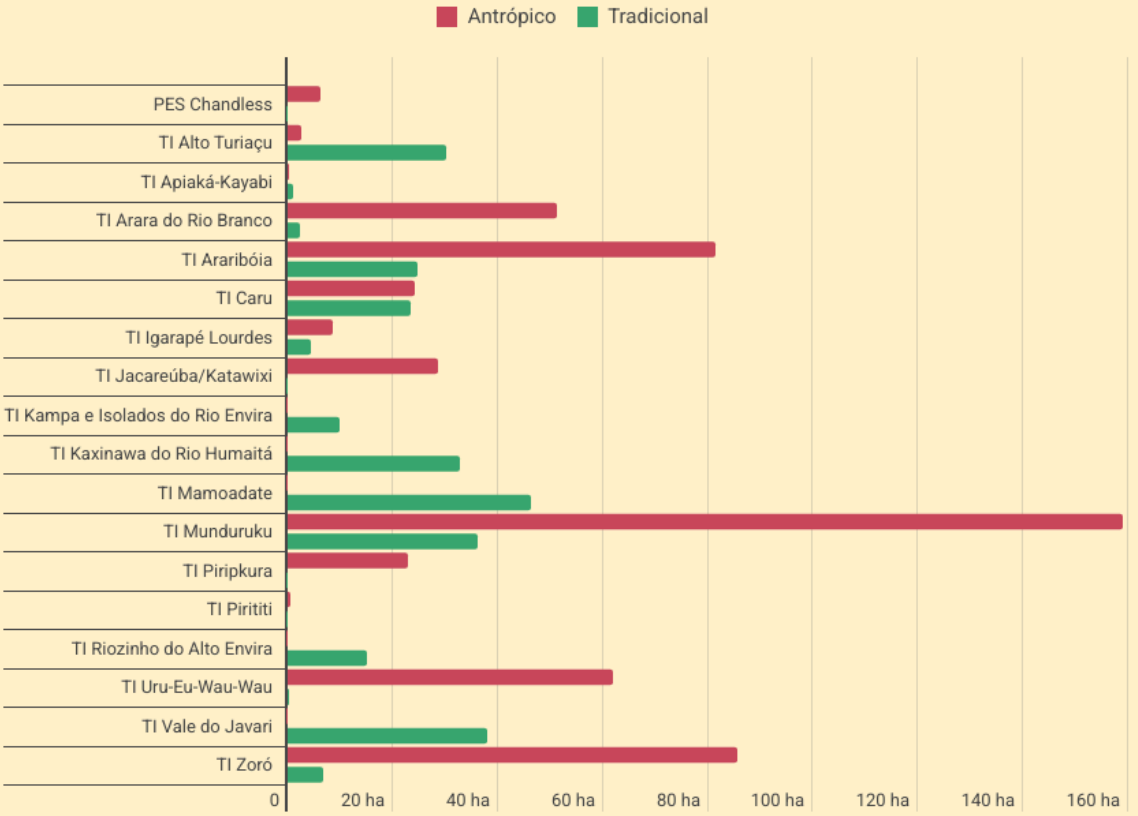
Área Protegida	Desmatamento em 2023 (ha)	Desmatamento em 2024 (ha)	Variação (%)
TI Kayapó	923,24	904,63	-2,02%
PI Xingu	251,57	213,22	-15,24%
TI Mundurucu	138,05	195,11	41,33%
ESEC da Terra do Meio	578,89	163,72	-71,72%
RESEX Riozinho do Anfrísio	132,46	146,61	10,68%
TI Araribóia	139,22	106,17	-23,74%
TI Zoró	45,4	92,2	103,10%
TI Uru-Eu-Wau-Wau	97,89	62,18	-36,48%
TI Arara do Rio Branco	48,85	53,75	10,04%
TI Caru	26,28	47,45	80,55%
TI Mamoadate	0	46,18	N/A
TI Vale do Javari	5,86	38,04	549,14%
TI Kaxinawa do Rio Humaitá	0	32,87	N/A
TI Alto Turiaçu	66,37	32,65	-50,80%
TI Menkragnoti	44,61	30,37	-31,93%
TI Jacareúba/Katawixi	4,58	28,62	525,36%
TI Piripkura	216,1	22,93	-89,39%
TI Araweté/Igarapé Ipixuna	37,07	20,61	-44,40%
TI Riozinho do Alto Envira	0	15,19	N/A
TI Igarapé Lourdes	15,39	13	-15,50%

TI Ituna/Itatá	20,18	11,31	-43,94%
TI Kampa e Isolados do Rio Envira	0	9,84	N/A
PES Chandless	0	6,21	N/A
TI Apiaká-Kayabi	0	1,3	N/A
TI Pirititi	12,05	0,62	-94,88%
REBIO do Guaporé	0,7	0	-100,00%
TI Kawahiva do Rio Pardo	0	0	N/A
TI Massaco	0,7	0	-100,00%
TI Baixo Jatapu	N/A	0	N/A
TI Hi-Merimã	0	0	N/A
TI Inãwébohona	N/A	0	N/A
TI Mamoriá Grande	N/A	0	N/A
TI Tanaru (Restrição de Uso)	0	0	N/A

As TIs Jacareúba/Katawixi e Vale do Javari tiveram variação maior do que 500% no desmatamento em comparação com 2023, mesmo que o desmatamento absoluto seja ainda muito baixo. O aumento em cada caso teve origens bastante diferentes. Segundo a avaliação quanto ao tipo de uso (antrópico ou tradicional), a TI Vale do Javari teve um salto na abertura de roçados, com ao menos 35 áreas com tamanho médio de 1 hectare sendo mapeadas nas adjacências de aldeias conhecidas. Esse foi o caso de ao menos outras seis áreas monitoradas. Já no caso da TI Jacareúba/Katawixi, o aumento tem fortes indícios de ação de invasores nessa área que possui portaria de restrição de uso, e é sobreposta pelo Parque Nacional Mapinguari.

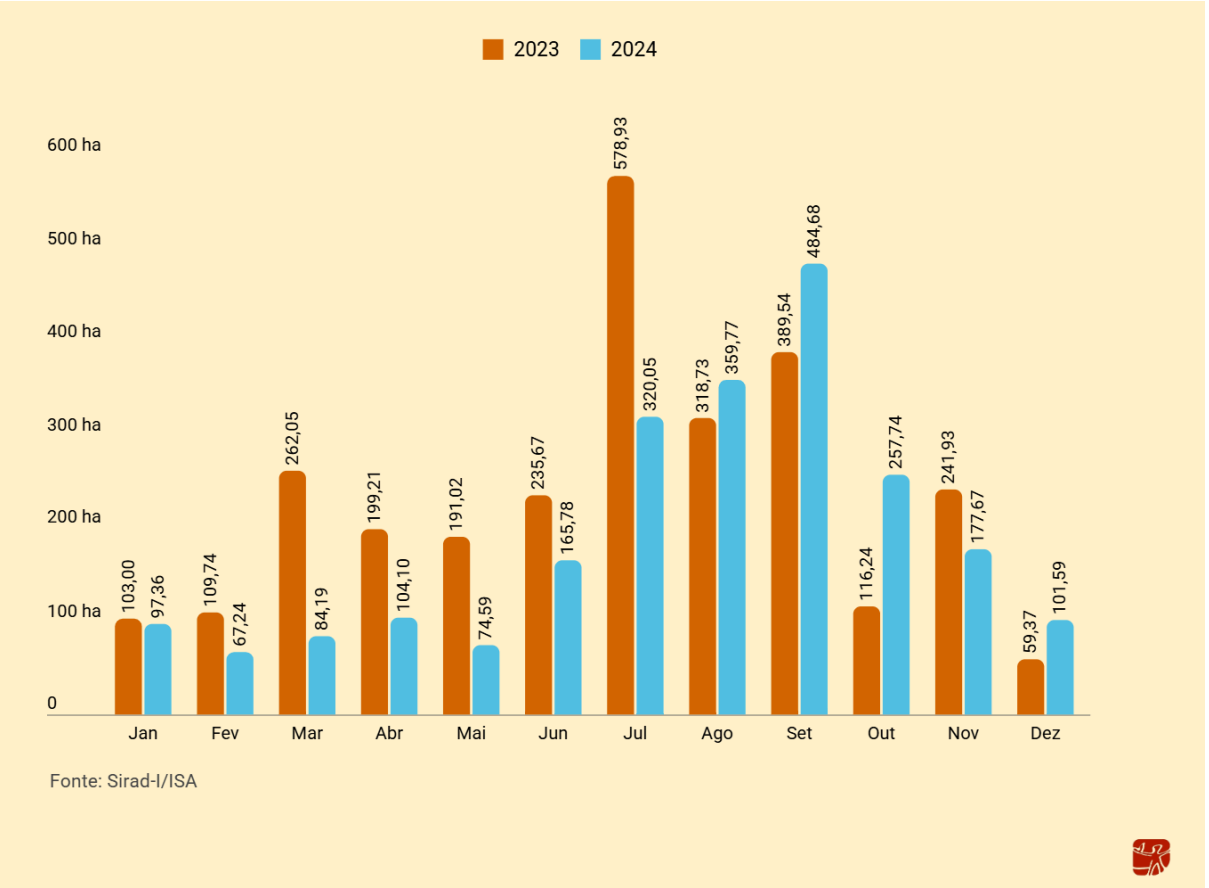
A avaliação quanto ao tipo de uso é feita para 26 áreas monitoradas diretamente pelo Sirad-I, que classifica o desmatamento com base no uso do solo, com as classes antrópica e tradicional.

Gráfico 2 - Desmatamento (ha) por distinção de uso nas áreas monitoradas (2024)



Fonte: Sirad-I/ISA

Gráfico 3 - Desmatamento (ha) por mês nas áreas monitoradas (2023 e 2024)



Avanço das queimadas e degradação ambiental

O ano de 2024 ficou marcado pelo grande número de incêndios florestais. Uma das informações mais marcantes publicadas pela nota técnica Queimadas em Terras Indígenas, lançada em outubro pelo Instituto Socioambiental (ISA), foi a de que as queimadas em Terras Indígenas bateram recorde em 2024, com destaque para a queima da mata de sub-bosque, um estrato da floresta composto por grande diversidade de árvores menores e plantas mais jovens; cenário que torna a floresta menos úmida e mais suscetível a novas queimadas, colocando em risco as florestas do futuro.

No plano das áreas com presença de povos indígenas isolados, a TI Kayapó foi a grande campeã em concentração de focos de calor, registrando 3.259 focos durante 2024. Foram analisados dados do satélite de referência do Inpe, disponíveis na aplicação BDQueimadas. Além de concentrar mais de 40% do total de focos de calor entre as áreas monitoradas, essa TI teve um aumento de 2.314% na incidência de registros de incêndios florestais em seu território. De acordo com os dados da nota técnica Queimadas em Terras Indígenas, a maior parte dos incêndios atingiu áreas de floresta, principalmente as

regiões de sub-bosque.

Na Terra Indígena Menkragnoti, onde existem ao menos duas informações de povos isolados na lista oficial da Funai, o aumento percentual entre 2023 e 2024 foi de 4.822,22%. Apesar disso, não houve desmatamento significativo na TI.

A TI Kayapó ainda registrou o terceiro maior número relativo de focos de calor em seu interior, porém obteve uma média baixa de FRP[10], de 58,52 MW. A localização de algumas TIs no bioma Cerrado ou em áreas de transição entre floresta e savana, pode favorecer a incidência de focos, é o caso das TIs: Inãwébohona, Uru-Eu-Wau-Wau, Massaco, Kayapó, Mundurucu e Arariboia. Ainda que somente a primeira esteja no bioma Cerrado, essas áreas possuem enclaves campestres significativos em seus territórios. Os territórios do Médio Jatapu e da TI Mamoriá Grande, tiveram os menores índices absolutos de focos de calor.

Cerca de 96% dos focos de calor aconteceram no verão amazônico entre os meses de julho e outubro. O pico de incidência de focos de calor aconteceu em setembro com 4.064 focos. No total, foram 7.728 focos de calor na soma total dos territórios, com uma média de 96 MW de intensidade de queimada.

Tabela 3 - Variação anual dos focos de calor nas áreas monitoradas (2023 e 2024)

Área Protegida	Número de Focos de Calor 2023	Número de Focos de Calor 2024	Aumento %
TI Kayapó	135	3.259	2.314,07%
TI Inãwébohona	536	1.123	109,51%
TI Mundurucu	115	612	432,17%
PI Xingu	117	477	307,69%
TI Massaco	75	466	521,33%
TI Menkragnoti	9	443	4.822,22%
TI Uru-Eu-Wau-Wau	81	368	354,32%
ESEC da Terra do Meio	124	270	117,74%

[10] Além da quantidade de focos de calor, foram analisados dados sobre o índice FRP (Fire Radiative Power), ou Potência Radiativa do Fogo - uma medida que quantifica a energia radiante emitida por um incêndio florestal. Essa medida foi utilizada a fim de avaliar a intensidade dos incêndios, fornecendo informações sobre a taxa de queima da vegetação.

TI Zoró	45	120	166,67%
TI Araribóia	122	116	-4,92%

3. TERRAS EM DESTAQUE:

3.1 MINERAÇÃO ILEGAL PERSISTE NA TERRA INDÍGENA ZORÓ

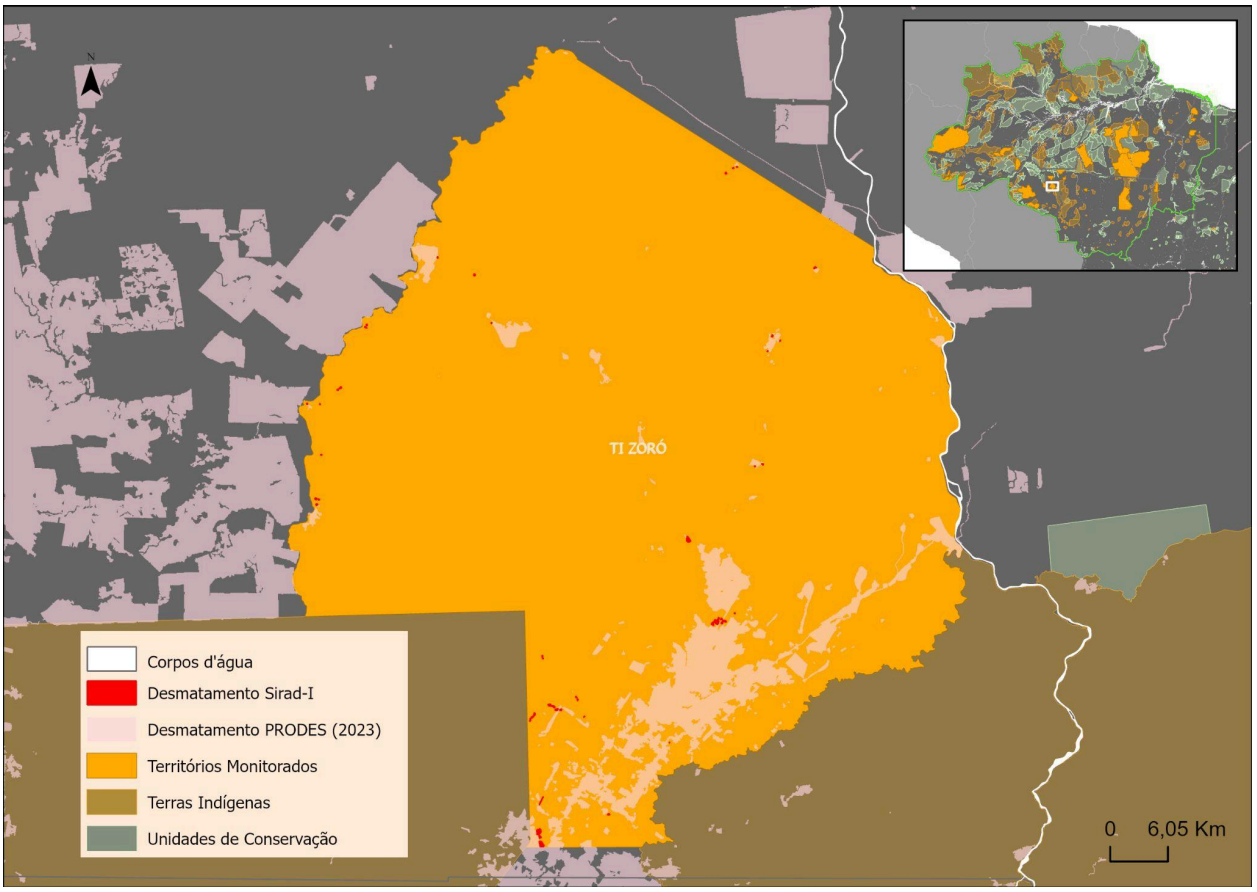
Tabela 4 - Situação do registro sobre povos em isolamento

Nome	Status
Norte da TI Zoró	Informação

Desmatamento em 2024: 92,20 hectares

Desmatamento acumulado (Prodes 2023): 23.038 hectares

Mapa 2 - Desmatamento na Terra Indígena Zoró (2023 - 2024)



A Terra Indígena Zoró foi homologada em 1991 com 356 mil hectares e está situada no município de Rondolândia, na divisa entre os Estados do Mato Grosso e Rondônia. Além da Terra Indígena Zoró, também está localizado no município às TIs Piripkura, Roosevelt e Sete de Setembro. Que compõem parte do chamado Corredor Tupi-Mondé, um território formado por sete TIs que conectam um complexo cultural que protege uma grande biodiversidade.

A Terra Indígena Zoró terminou o ano de 2023 com o registro de 45,40 hectares de desmatamento detectados pelo Sirad-I, mas somente uma área pequena, com menos de 2 hectares, correspondia ao desmatamento por garimpo. Contudo, imagens de radar do satélite Sentinel-1 revelaram o aumento do desmatamento causados por mineração ilegal nesta TI. Esses primeiros sinais foram confirmados nos primeiros meses de 2024, quando foi detectada a derrubada de 9,58 hectares de floresta por conta dessa atividade ilegal. O ano de 2024 terminou com um total de 92,2 hectares de perda florestal nesta TI, um aumento de 103% em relação a 2023. As áreas de garimpo responderam por 21,5% da perda total de vegetação na Zoró em 2024. A equipe de monitoramento confirmou o tipo de exploração que estava sendo feita utilizando imagens do satélite Planet Labs, acessadas por meio do Programa Nicfi[11].

Além dos alertas de mineração ilegal, também foi identificada a expansão de uma área de pastagem, identificada pela primeira vez em 2022, ao sul do território, próximo ao limite com a TI Sete de Setembro, do povo indígena Suruí Paiter. Nesta última Terra Indígena, embora não faça parte do escopo do Sirad-I, também foram identificados indícios de garimpos ilegais. Uma das possibilidades é a de que, com a repreensão dos garimpos existentes em outras TIs, como Yanomami, Mundurucu e Kayapó, estas atividades se intensifiquem em outras áreas, como no caso da Zoró e Sete de Setembro.

Desde 2018, diversas denúncias de crimes ambientais têm sido realizadas pelos Zoró. Em 2019, o Ibama sofreu um atentado durante uma operação de retirada de madeireiros nessa Terra Indígena, quando um caminhão-tanque do Ibama foi incendiado por madeireiros[12]. Em abril de 2024, lideranças Zoró denunciaram aumento de violência pela circulação de garimpeiros no seu território[13].

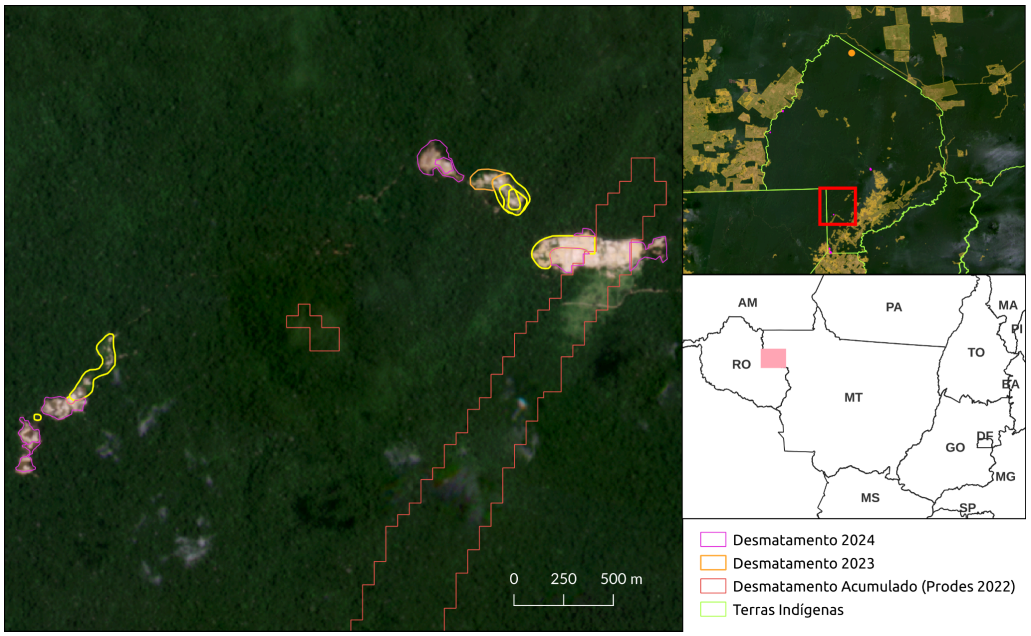
---

[11] Imagery © 2024 Planet Labs PBC. All use subject to the Participant License Agreement

[12] Acuado por madeireiros, Ibama aborta operação em Rondônia. Publicado pela Folha de S.Paulo em 06/07/2019. Disponível em <https://isa.to/4aJSYGW>.

[13] Indígenas Zoró denunciam aumento de ameaças com chegada de garimpeiros. Publicado pela Agência Pública em 17/04/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/indigenas-zoro-denunciam-aumento-de-ameacas-com-chegada-de-garimpeiros>

Mapa 3 - Desmatamentos relacionados à atividades de mineração ilegal na TI Zoró (2024)[14]



[14] Imagery © 2024 Planet Labs PBC. All use subject to the Participant License Agreement

3.2 TERRA INDÍGENA MUNDURUCU: PERMANÊNCIA DO GARIMPO

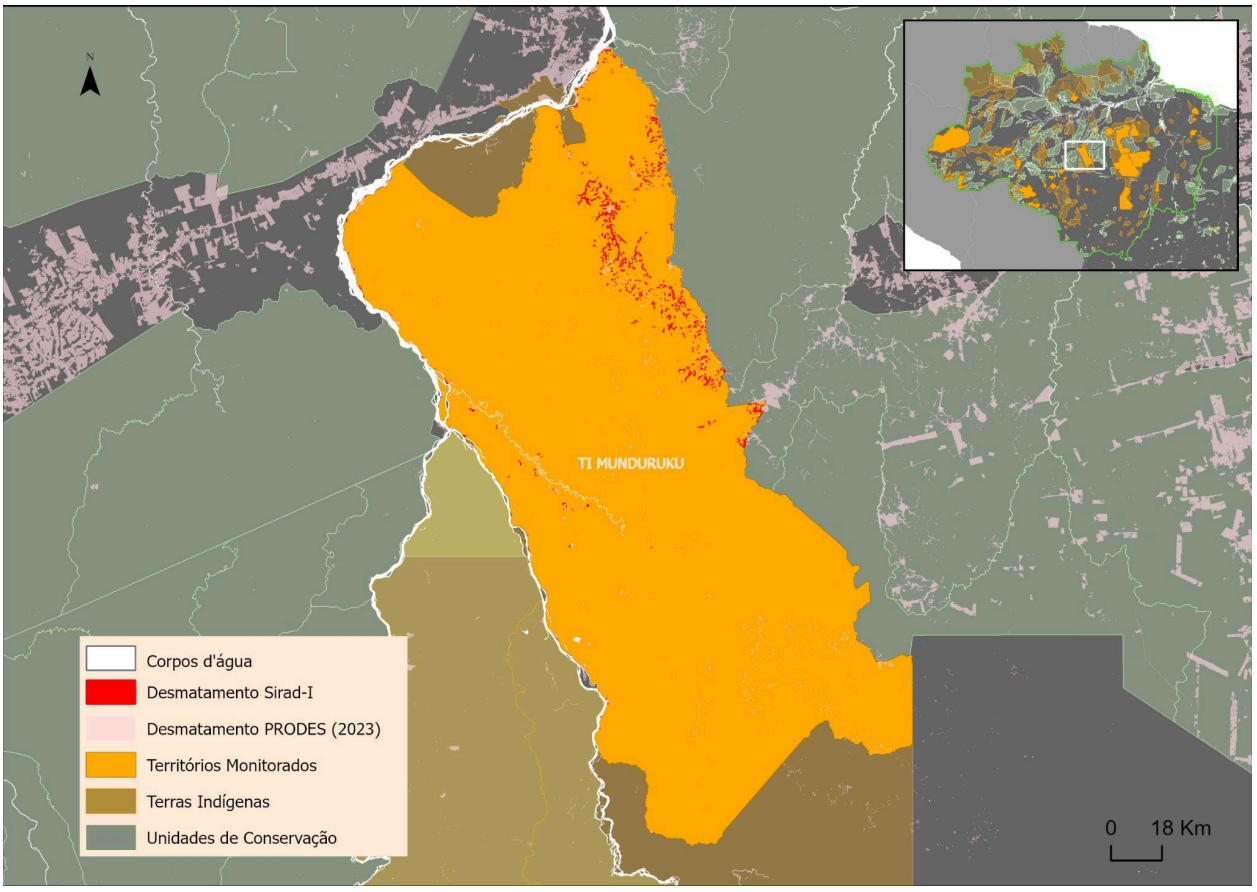
Tabela 5 - Situação do registro sobre povos em isolamento

Nome	Status
Alto Tapajós	Em estudo

Desmatamento em 2024 (Sirad-I): 195,11 hectares

Desmatamento total (Prodes 2023): 20.288 Hectares

Mapa 4 - Desmatamento na Terra Indígena Mundurucu (2023 - 2024)[15]

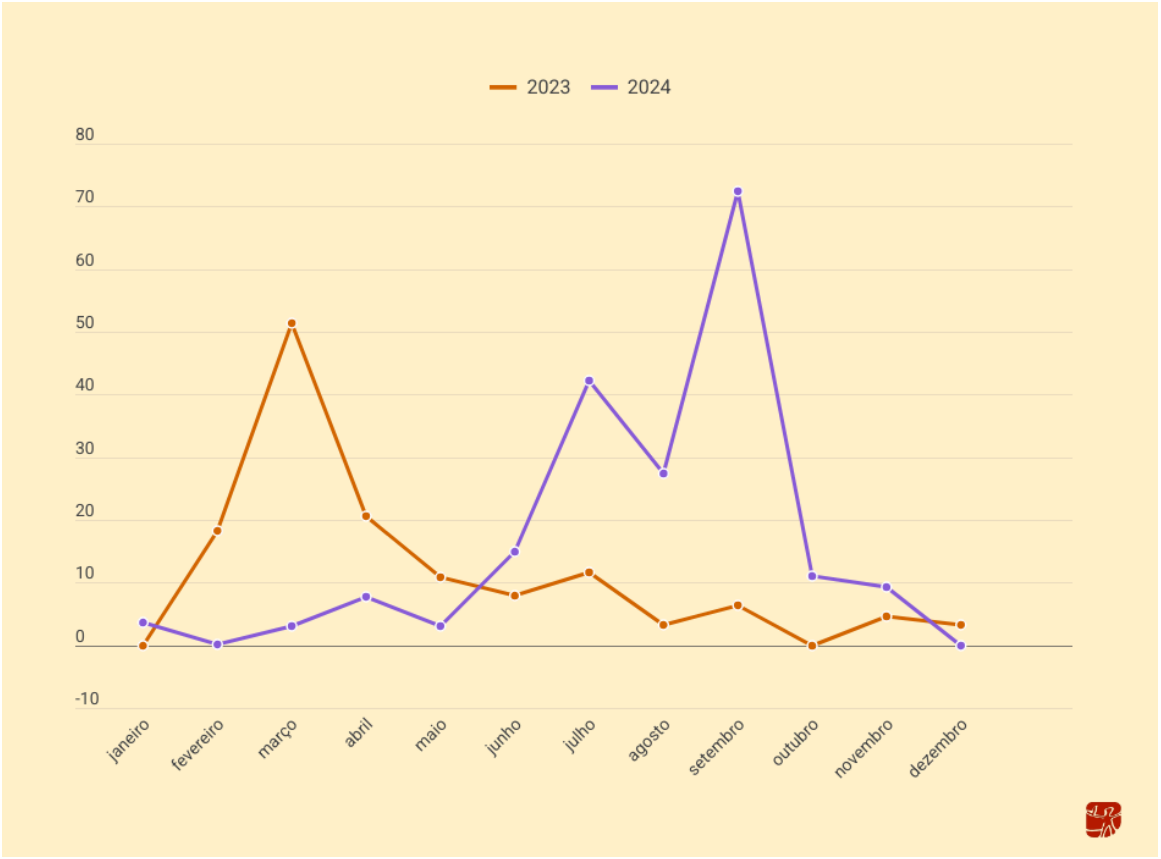


[15] Imagery © 2024 Planet Labs PBC. All use subject to the Participant License Agreement

A Terra Indígena Mundurucu foi homologada em 2004 com 2.382 mil hectares e está localizada no sudoeste do Pará, entre os municípios de Jacareacanga e Itaituba. A TI, que possui um registro de povo isolado em estudo, registrou um total de 195,11 hectares de desmatamento em 2024, um aumento de 41,33% em relação a 2023. Embora cerca de 40% da supressão de vegetação tenha acontecido em função da abertura de áreas de roças, o aumento é fruto da permanência dos garimpos ilegais sobre o território. Setembro foi o período em que foi registrada a maior perda de vegetação na TI, com 72,11 hectares de novas derrubadas, o maior registro mensal desde setembro de 2021, quando foram identificados 75,03 hectares de desmatamento.

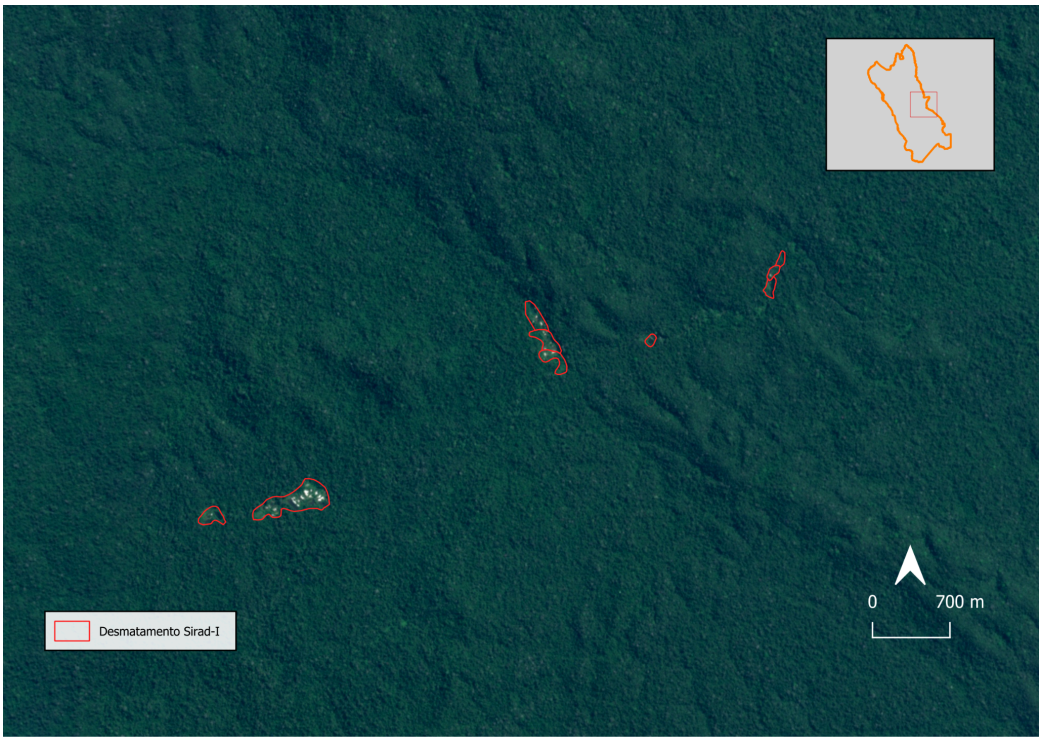
Dos 195,11 hectares de desmatamento registrados pelo Sirad-I em 2024, 56,86 hectares correspondem a abertura de novas áreas de garimpo ilegal dentro da Terra Indígena. Embora o valor total represente uma redução de 54,8% em relação a 2023, quando foram identificados 125,77 hectares de atividade garimpeira, os dados indicam uma persistência do garimpo ilegal no território. Essa tendência se evidencia ao analisar o segundo semestre de 2024, período em que o Sirad-I registrou 33,66 hectares de novas áreas de garimpo, um aumento de 99,86% em comparação aos 16,84 hectares do mesmo período em 2023.

Gráfico 4 - Evolução das áreas de garimpo na Terra Indígena Mundurucu (2023 e 2024)

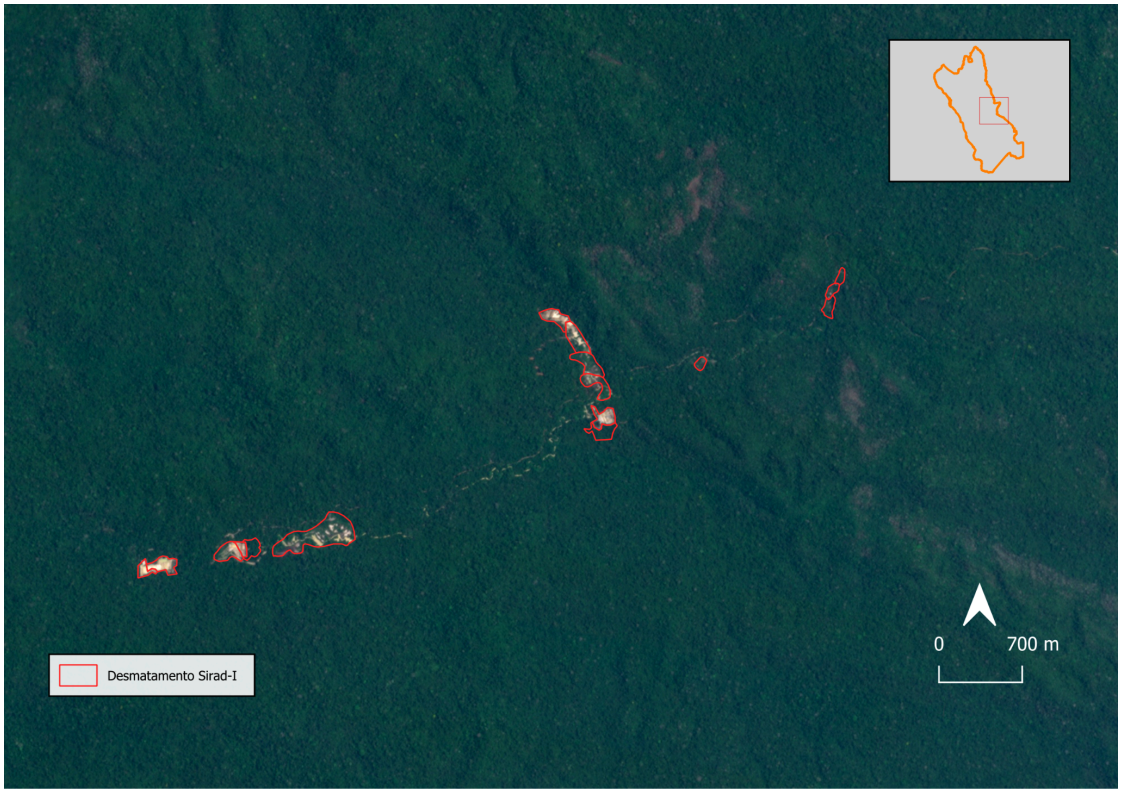


Entre as novas áreas de garimpo ilegal detectadas pelo monitoramento, chama atenção a expansão da atividade em regiões ainda não consolidadas. Um exemplo é o avanço no entorno do Igarapé Marupazinho, localizado na porção sudeste da Terra Indígena.

Mapa 5 - Garimpo próximo ao Igarapé Marupazinho (Maio, 2024)



Mapa 6 - Garimpo próximo ao Igarapé Marupazinho (Setembro, 2024)



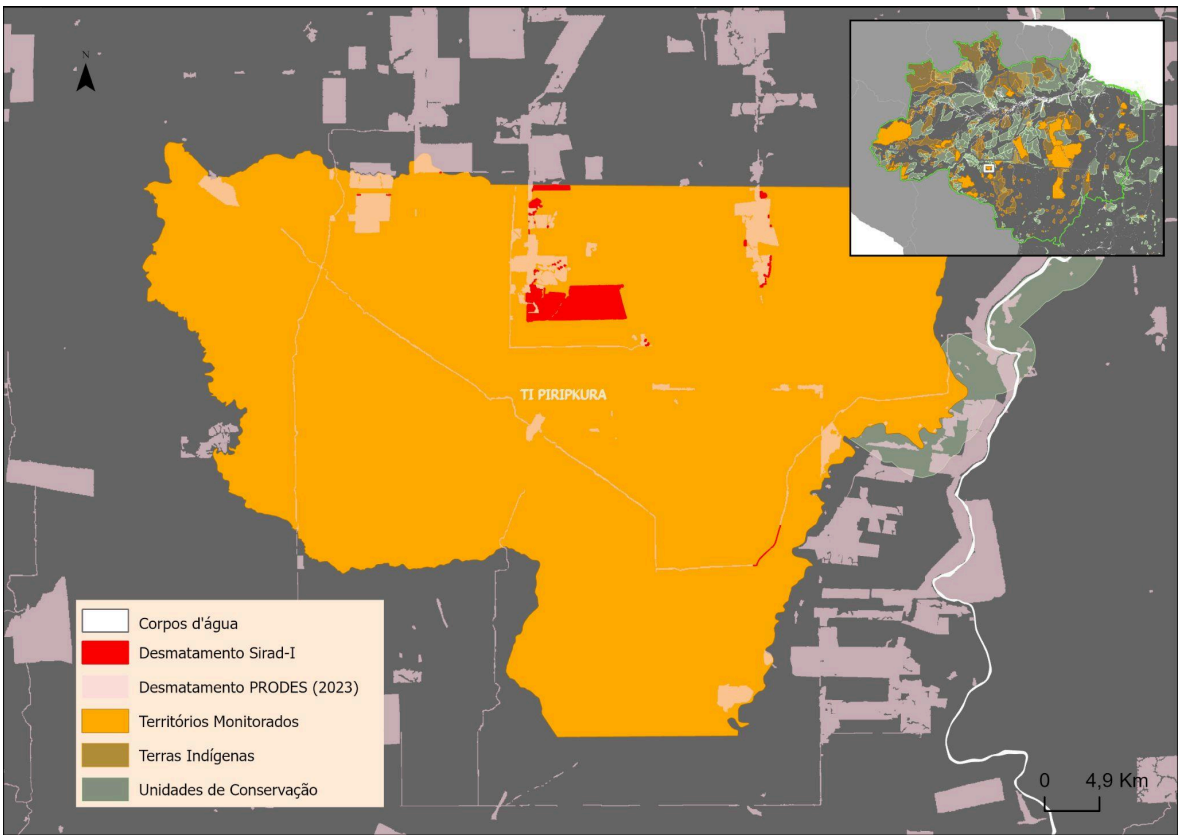
O avanço do desmatamento e de novas áreas de mineração, impulsionado pelo crescimento de invasões na Terra Indígena Mundurucu, foi um dos fatores que levaram a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) a protocolar, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 709). Em resposta à decisão judicial, o governo federal, sob coordenação da Casa Civil, implementou em novembro de 2024 uma força-tarefa intersetorial com participação de órgãos ambientais e de fiscalização para ações de desintrusão do território indígena.

3.3 EM SEGUNDO ANO DE NOVA RESTRIÇÃO DE USO, DESMATAMENTO CAI 89,39% NA TERRA INDÍGENA PIRIPKURA

Tabela 6 - Situação do registro sobre povos em isolamento

Nome	Status
Piripkura	Confirmado

Mapa 7 - Desmatamento na Terra Indígena Piripkura (2023 - 2024)



A Terra Indígena Piripkura, localizada nos municípios de Colniza e Rondolândia, no estado do Mato Grosso, teve a presença de povos indígenas isolados confirmada em 1989. No entanto, o processo de demarcação física e legal do território pouco avançou durante as décadas seguintes. A primeira medida de proteção efetiva só foi estabelecida em 2008, por meio de uma Portaria de Restrição de Uso.

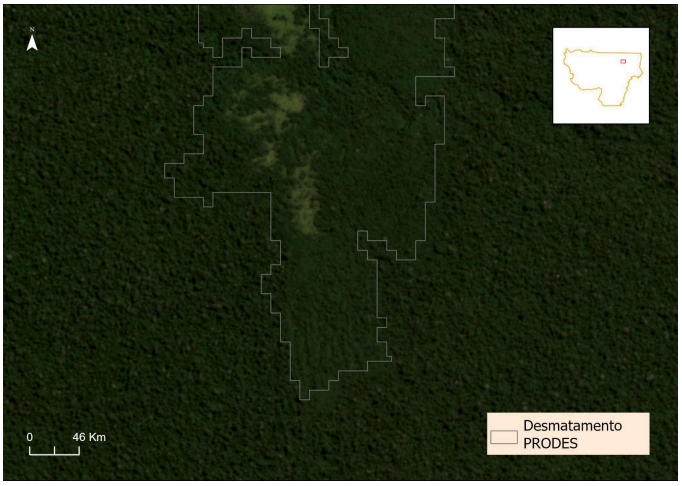
A Portaria de Restrição de Uso para a TI Piripkura, implementada em 2008, foi renovada sucessivamente ao longo dos anos, até 2023 foram editadas 11 portarias. No entanto, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), as Portarias de Restrição de uso foram reduzidas para apenas seis meses por renovação, com a última expirando em março de 2022, deixando a área desprotegida por meses. Essa mudança criou um cenário de instabilidade, que estimulou invasões na área. Dessa forma, períodos anteriores ao término da vigência das portarias passaram a registrar picos de desmatamento, impulsionados pela expectativa de grileiros e madeireiros ilegais de que as medidas não seriam renovadas. Em março de 2023, uma nova portaria garantiu a proteção do território até que a TI seja definitivamente demarcada.

Desde 2020, o sistema Sirad-I registrou 2.494,72 hectares de desmatamento na Terra Indígena (TI), consolidando-a como a segunda área mais desmatada na série histórica do mapeamento. Entretanto, em 2024, houve uma redução significativa de 89,39% no desmate, com apenas 22,93 hectares identificados. Os dados de 2024 indicam que as áreas desmatadas correspondem à expansão de corte raso em floresta primária, um padrão que reforça a urgência de medidas contra a degradação de ecossistemas intactos.

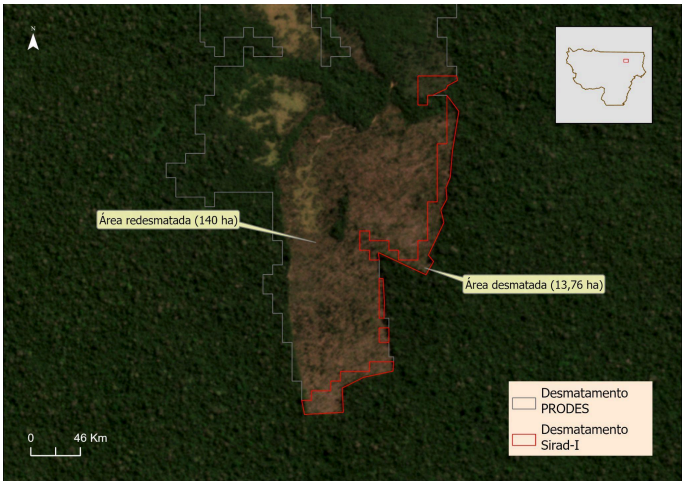
Em julho de 2024, uma grande área de vegetação secundária, que estava se recuperando de um desmatamento antigo, com aproximadamente 140 hectares, foi novamente desmatada, sofrendo ainda uma expansão de 13,76 hectares de corte raso de floresta primária.

Mapa 7 e 8 - Retomada de antigas invasões na Terra Indígena Piripkura

Mapa 7: Maio 2024



Mapa 8: Julho 2024



Fonte: Imagery © 2024 Planet Labs PBC

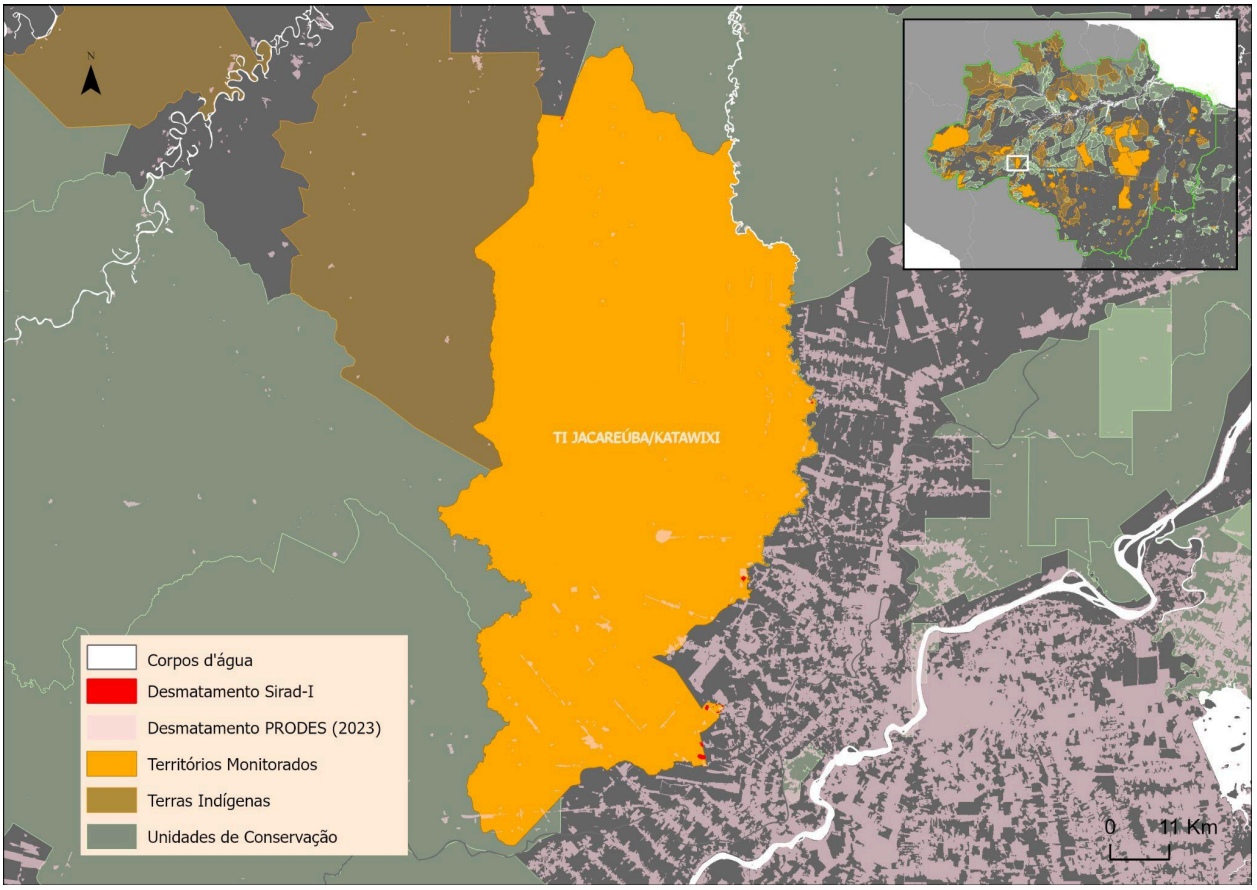
Segundo informações obtidas na região, a TI continua sob constantes ameaças, especialmente pela grilagem e pelo desmatamento que ocorre no centro-norte de seu território. Essa situação tornou-se recorrente a partir de 2019 e ainda persiste porque os madeireiros e grileiros reocuparam áreas que haviam sido embargadas a partir das ações do MPF/MT. E essas invasões permanecem, apesar do monitoramento realizado pela Funai, que em algumas situações conta com o apoio de agentes da Força Nacional e do Ibama, que atuam para coibir os crimes ambientais que ocorrem no interior da TI Piripkura.

3.4 DESMATAMENTO VOLTA A CRESCER NA TERRA INDÍGENA JACAREÚBA-KATAWIXI

Tabela 7 - Situação do registro sobre povos em isolamento

Nome	Status
Isolados Katawixi	Em estudo

Mapa 9 - Desmatamento na Terra Indígena Jacareúba-Katawixi (2023 - 2024)



A Terra Indígena Jacareúba-Katawixi, localizada nos municípios de Canutama e Lábrea, no estado do Amazonas, integra um relevante mosaico de áreas protegidas da Bacia do Rio Purus. Essa TI possui 96% de sobreposição com o Parque Nacional Mapinguari, além de outros 3% com a Reserva Extrativista Ituxi.

Registros históricos indicam a presença de povos indígenas isolados na região desde o final dos anos 1970, mas foi somente em 2007 que esta área foi interditada. Esse processo ocorreu após os estudos para a instalação das usinas hidrelétricas de Santo

Antônio e Jirau, quando a Funai notificou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre a identificação de vestígios concretos dessas populações.

Durante o governo Bolsonaro, a TI enfrentou grave vulnerabilidade institucional: com o vencimento da Portaria de Restrição de Uso em 2021, o território dos isolados permaneceu sem medidas protetivas por mais de um ano. Como revelou o monitoramento do Sirad-I e o relatório "Invasões e Desmatamento na Jacareúba-Katawixi"[16], publicado em 2022 pelo ISA, a não renovação da portaria — aliada à política federal de enfraquecimento da governança socioambiental — resultou em um aumento da perda de vegetação nativa. Em 2022, o desmatamento ilegal alcançou 92,88 hectares, em sua grande maioria, associado à grilagem, à extração de madeira e à abertura de novos ramais.

Assim como no caso da Terra Indígena Piripkura, a mudança de governo trouxe a renovação da Portaria de Restrição de Uso. Com a nova portaria, em 2023, o desmatamento diminuiu 95,07% na terra indígena. Porém, em 2024 o desmatamento voltou a crescer e marcou 28,61 hectares no período.

Uma hipótese para o crescimento do desmatamento na TI em 2024 está na pressão imposta por empreendimentos regionais próximos a porção leste da TI: apesar de sua proximidade com outras áreas protegidas, a Terra Indígena está na área de influência da BR-319 e do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. Os novos desmatamentos acontecem em contiguidade a áreas previamente desmatadas em 2023, indicando um processo de expansão para o interior da TI. Não à toa, o desmatamento registrado no monitoramento do Sirad-I ocorreu no limite leste da TI, justamente a porção mais próxima aos empreendimentos regionais.

[16] Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/qtd00001.pdf>

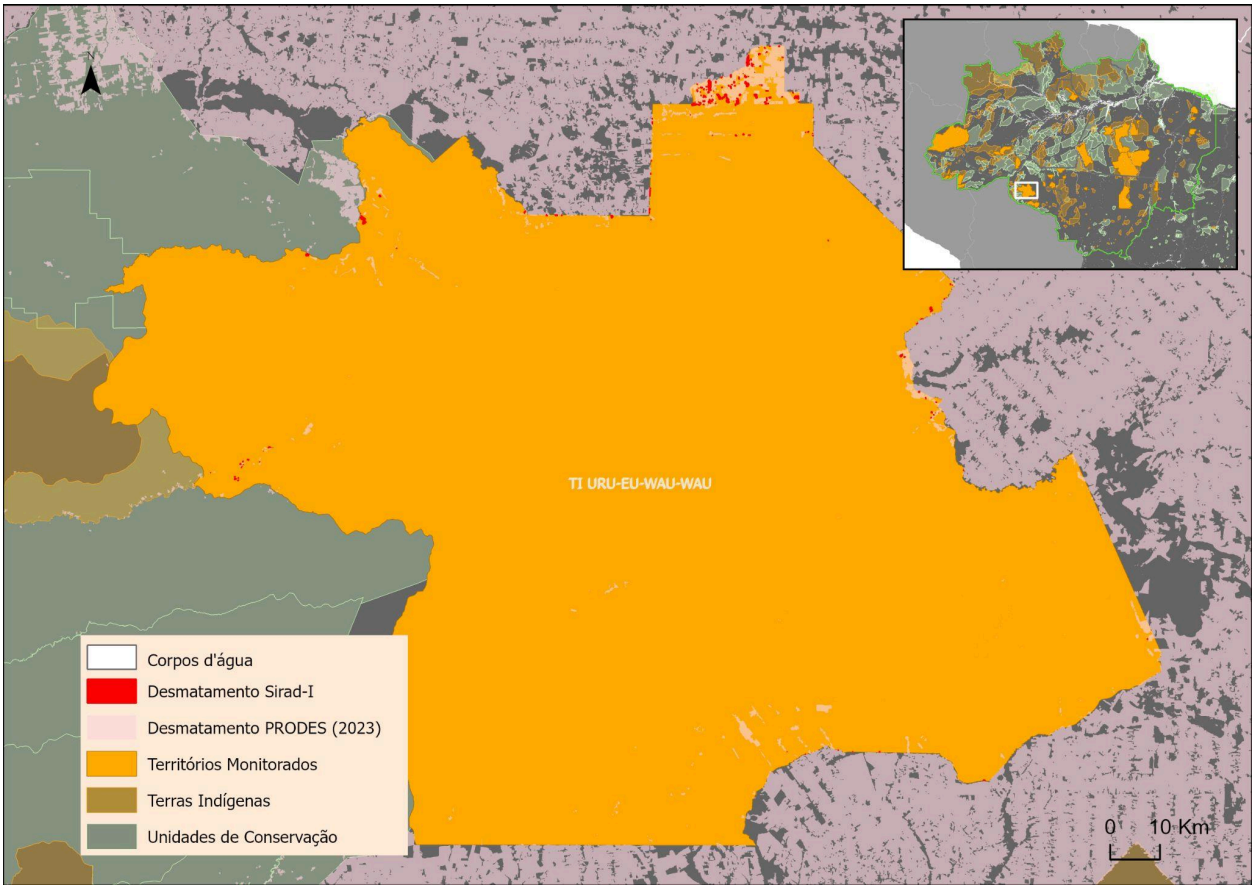
3.5 DESMATAMENTO DIMINUI, MAS TERRA INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU PERMANECE AMEAÇADA

Tabela 8 - Situação do registro sobre povos em isolamento

Nome	Status
Isolados do Bananeira	Confirmado
Isolados do Cautário	Confirmado
Isolados no Igarapé Tiradentes	Informação
Kawahiva do Rio Muqui	Confirmado
Isolados no Igarapé Oriente	Informação
Isolados do Baixo Cautário[17]	Informação

[17] O registro nº 98, nos dados oficiais da Funai, embora esteja registrado fora dos limites da TI Uru Eu Wau Wau, faz referência a uma população que aparentemente transita dentro e fora do perímetro demarcado. A área fora da TI não fez parte do monitoramento em 2024.

Mapa 10 - Desmatamento na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (2023 - 2024)



A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau está localizada no oeste do estado de Rondônia, foi declarada em 1985 e homologada em 1990 com 1.867.120 hectares. A TI é parte do território tradicional dos povos Uru-eu-wau-wau, ou Jupaú, conforme sua autodenominação e dos Amondawa, ambos falantes de línguas kawahiva, da família tupi-guarani. Na TI ainda vivem os Cabixi e os Oro Win (povo da família linguística txapakura), sobreviventes de um massacre ocorrido em agosto de 1963. Os povos kawahiva do oeste de Rondônia tiveram seu contato estabelecido oficialmente ao longo dos anos 1980. Desde então, a área, que ainda abriga grupos não contatados, sofre com sucessivas invasões e com ocupações fundiárias irregulares. Existem ao todo cinco referências de indígenas isolados nessa TI, sendo três delas confirmadas.

Um dos principais conflitos fundiários é com os remanescentes do Projeto de Assentamento Burareiro (PAD Burareiro), criado no final dos anos 1970, que pressiona rotineiramente os índices de desmatamento neste território. Outras regiões também sofrem com a ação de grileiros, que já foram flagrados vendendo ilegalmente terras invadidas dentro da Terra Indígena.

O desmatamento na TI vem caindo sucessivamente desde 2021, quando as derrubadas atingiram o pico de 332,15 hectares. Em 2022, foram desmatados 154,68 hectares, uma redução de cerca de 115% em relação a 2021. Em 2023, o desmatamento caiu para 97,89 hectares, uma redução de 36% em relação a 2022. Já em 2024, foram 62,18 hectares, uma redução de 36,5% em relação a 2023.

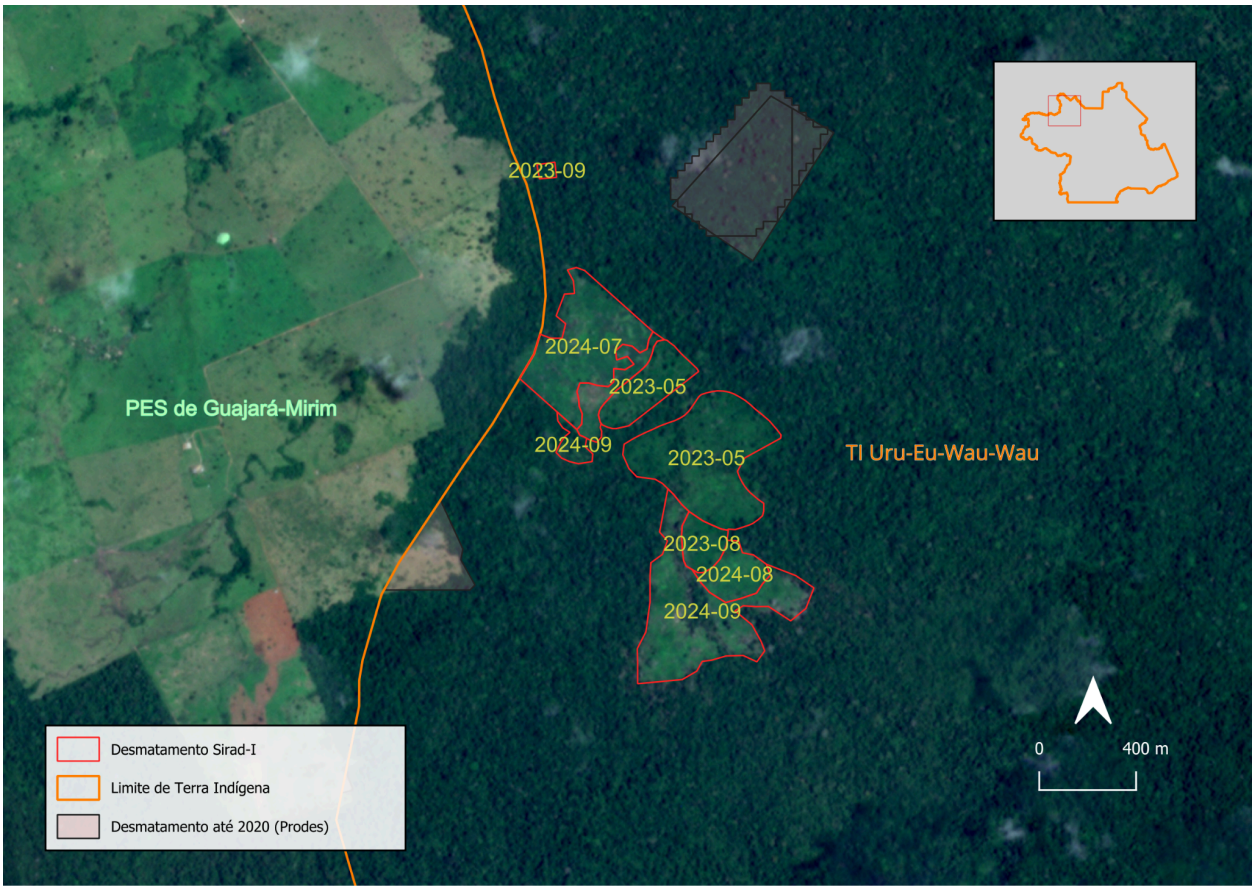
Gráfico 5 - Evolução do desmatamento na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (Sirad-I/ISA)

Apesar do recuo em relação a 2023, a Terra Indígena habitada por nove povos foi a quarta mais desmatada em 2024. A realização de atividades rotineiras de vigilância ao longo do ano, que resultaram no maior controle de invasões e desmatamento. A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) chegou a ser acionada para dar suporte às atividades da Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau. A vigilância territorial promovida pelos Jupaú e pelos Amondawa tem tido um caráter fundamental no controle do desmatamento, ajudando a fortalecer a atuação da Base de Proteção Etnoambiental Barreira II, nos limites com a região do Burareiro.

Chama a atenção o fato de que 77,5% do desmatamento registrado em 2024 na Terra Indígena (equivalente a aproximadamente 48,19 hectares) concentrou-se na borda

oeste, no limite com o Parque Estadual Guajará-Mirim. Trata-se de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral administrada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia e que tem sido alvo recorrente de invasões e queimadas ilegais.

Mapa 11 - Desmatamento na borda com o Parque Estadual Guajará-Mirim



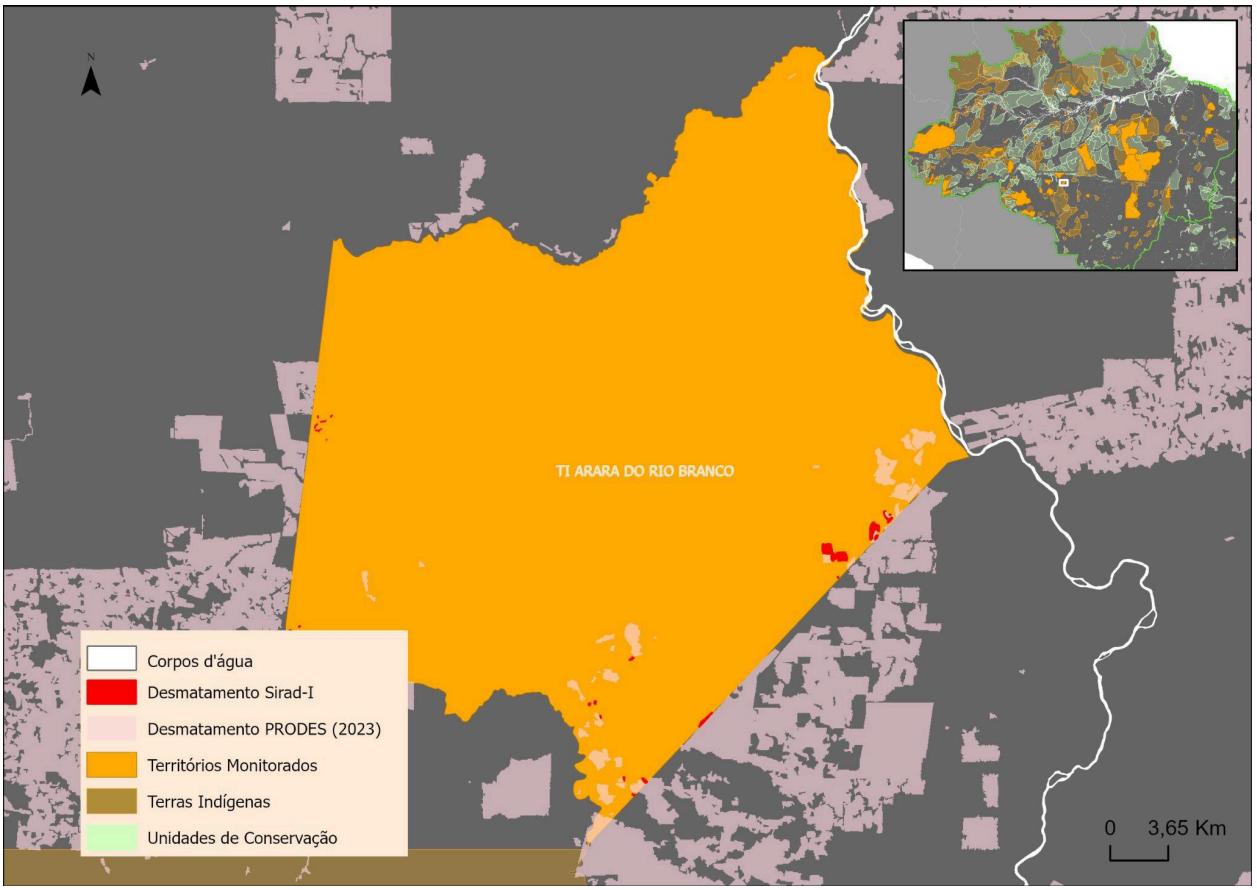
A concentração do desmatamento nessa área da TI representa uma mudança no padrão histórico, já que as invasões tradicionalmente ocorriam com maior intensidade na região do PAD Burareiro.

3.6 DESMATAMENTO ATINGE NOVO PICO NA TERRA INDÍGENA ARARA DO RIO BRANCO

Tabela 9 - Situação do registro sobre povos em isolamento

Nome	Status
Arara do Rio Branco	Informação

Mapa 12 - Desmatamento na Terra Indígena Arara do Rio Branco (2023 - 2024)



A Terra Indígena Arara do Rio Branco está localizada na região Centro-Oeste do estado do Mato Grosso, nos municípios de Aripuanã e Colniza. A TI foi homologada em 1996 com 115 mil hectares e é habitada pelos Arara do Rio Branco e possui um registro

em informação sobre povos indígenas isolados.

Em 2024, o monitoramento registrou um desmatamento de 53,75 hectares na Terra Indígena. Além de representar um aumento de 10,04% em relação a 2023, o dado sinaliza a continuidade das invasões em regiões próximas ao território dos isolados Arara do Rio Branco.

Em uma faixa de 40 km no entorno da TI Arara do Rio Branco, cuja área é de 1.090.502,383 hectares, foram desmatados 420.659,139 hectares. Desse total, apenas entre julho de 2023 e julho de 2024, ocorreu o desmatamento de 217.084,57 hectares[18], o que corresponde a 38,57% dessa área do entorno, demonstrando a grande pressão que essa TI sofre.

3.7 DESMATAMENTO NA BACIA DO XINGU

Tabela 10 - Situação do registro sobre povos em isolamento na Bacia do Xingu

Área Protegida	Nome	Status
TI Kayapó	Isolados do Rio Fresco	Informação
Parque Indígena do Xingu	Isolados do Alto Xingu/Arraias	Informação
TI Araweté/Igarapé Ipixuna	Isolados do Igarapé Bom Jardim	Registro em estudo
TI Menkragnoti	Isolados do Iriri Novo	Informação
Ti Menkragnoti	Isolados Mengra Mrari	Informação
TI Ituna-Itatá	Isolados do Igarapé Ipiaçava	Registro em estudo

[18] Disponível em: https://plataforma.povosisolados.org. Acesso em: 26 jun. 2025

RESEX Riozinho do Anfrísio	Riozinho do Anfrísio	Informação
ESEC da Terra do Meio	Mossoró	Informação

Um dos principais pontos de destaque é o registro de zero desmatamento na Terra Indígena Ituna/Itatá no período. A área de 142 mil hectares localizada nos municípios de Senador José Porfírio e Altamira, no Pará, teve sua Portaria de Restrição de Uso renovada por determinação judicial por três anos em janeiro de 2022, e conta desde setembro de 2023 com a presença da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Funai na retirada de invasores do território[19].

Apesar dessa redução na TI Ituna/Itatá, houve uma disparada na exploração ilegal de madeira na Bacia do Xingu como um todo. A informação é da publicação "Desafios de Proteção na Bacia do Xingu – panorama 2025, da Rede Xingu+", elaborada pelo Observatório De Olho no Xingu[20].

Cruzando dados do Sistema Remoto de Alerta de Desmatamento (Sirad-X), da Rede Xingu+, do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do projeto MapBiomas, o documento detalha os efeitos do roubo de madeira nos territórios mais afetados — como o Território Indígena do Xingu (TIX), e a Resex Riozinho do Anfrísio — e avalia as ações de combate e fiscalização nos dois primeiros anos do atual governo federal.

Segundo o relatório, a Resex Riozinho do Anfrísio enfrenta grave pressão do roubo de madeira, mais de 1.500 km de ramais ilegais foram abertos na área, desde 2017. Já no Parque Indígena do Xingu, 2024 foram identificados 234,44 km de novos ramais, isto é, um aumento de 37,68% em relação a 2023.

Outro problema grave na bacia são as áreas de garimpo. A Terra Indígena Kayapó tem sido umas áreas mais afetadas pela mineração ilegal no Brasil. A estimativa é de que 880 hectares de floresta tenham sido derrubados pela atividade garimpeira na TI. Em 2024, houve uma tímida redução, com a perda de mais 743 ha de floresta, uma redução de 10,7%.

[19] Ação Civil Pública no 1000157-47.2022.4.01.3903

[20] Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desafios-de-protecao-na-bacia-do-xingu-panorama-2025>